

UDR reúne milhares para passeata em Brasília

Brasília — Luciano Andrade

BRASÍLIA — Alojados em quase 20 barracas de circo e dezenas de tendas de camping, parte dos 30 mil integrantes da UDR que virão pressionar a Constituinte desembarcaram em Brasília e rapidamente conseguiram ocupar alguns dos 420 hectares do vasto Parque da Cidade. Amanhã às sete da noite, o médico Ronaldo Caiado, presidente da UDR, desmonta o circo e inicia o espetáculo: uma passeata em direção ao Congresso Nacional.

As delegações da UDR vieram de 14 estados em dezenas de ônibus que desde terça-feira passavam as divisas do Distrito Federal em direção ao Parque da Cidade. Algumas horas depois, o circo estava armado. No início, era até possível contar o número de barracas instaladas; pela manhã, por exemplo, povoavam o parque nove grandes barracas de circo; depois elas proliferaram e, ao final da tarde, já eram mais de 16 barracas.

Nem só de ruralistas vive a UDR. Estavam lá os peões que edificavam o monumento circense da UDR. "Não vou ficar aqui: no meu ônibus só vieram quatro proprietários", protestava indignado o ruralista de Maringá (PR) Luiz Sabaine, que preferiu trocar as barracas de circo, onde não podia sequer tomar banho, pelo Hotel San Marco.

Outros, entretanto, resistiram. Anselmo Rodrigues, dono de propriedades em Itabuna e São Francisco, na Bahia, preferiu ficar no acampamento com mulher, oito filhos (dois de criação) e uma baiana para fazer acarajé. As regionais de São Paulo e Teresina também exibiam fartura. Contrataram um buffet que despejou num restaurante improvisado numa barraca de circo 12 toneladas de alimentos, além de três caminhões com verduras e hortaliças.

Toda essa estrutura antecipa a pressão que a UDR promete fazer amanhã, durante a passeata promovida por Ronaldo Caiado. "Se a Constituinte aprovar uma reforma agrária avançada, será o caos, o início do comunismo", exagera o ruralista José Luiz Barros, um dos que amanhã iniciam o cerco contra o Congresso.



Anselmo Rodrigues (E) levou mulher e oito filhos para o acampamento da UDR

Arinos não concorda em mudar regimento

O senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, não aceita discutir agora qualquer emenda que altere na substância o anteprojeto da futura Constituição. Ele desmente que defenda alteração no regimento para que possam ser feitas mudanças de conteúdo ou que seja apresentado um projeto substitutivo, como defende o líder do governo, Carlos Sant'Anna, e o principal articulador do bloco de centro no Congresso, deputado Expedito Machado (PMDB-CE).

Arinos defendeu apenas a adaptação do regimento no que diz respeito aos prazos. Cético quanto à tentativa de que os trabalhos acabem até 15 de novembro — "é um prazo apertado" —, ele realizou nos últimos quatro dias, com ajuda de assessores e os deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Antonio Carlos Konder Reis (PDS-SC), uma verdadeira sistematização paralela à do relator Bernardo Cabral.

Arinos afirma que a alteração nos prazos da Constituinte poderá ser determinada por ato do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. A questão dos prazos vem sendo uma tese defendida com veemência pelos ministros mais próximos do presidente José Sarney, enquanto o deputado Ulysses Guimarães quer apressar a redação final da nova Constituição.

Munição — Numa reunião informal, realizada ontem, às cinco da tarde, o grupo denominado "conservador", que se considera prejudicado no projeto de Bernardo Cabral, decidiu que a melhor estratégia é não tentar derrubar o texto na Comissão de Sistematização. Os deputados Paes Landim, Sandra Cavalcante, João Alves, Luis Eduardo, Cristovam Chiaradia, Eraldo Tinoco, José Lins e Konder Reis preferem guardar para o plenário da Constituinte a munição com que pretendem eliminar do trabalho de Bernardo Cabral as idéias que consideram extremamente liberais.

O grupo conservador queixa-se de que as emendas apresentadas foram aproveitadas de acordo com critérios ideológicos pelos relatores das comissões temáticas (todos do PMDB independente), o que deixou de fora tudo que não agradava à esquerda. O PFL só teve 1% de aproveitamento de suas emendas, o que levou há dois dias o deputado Konder Reis a procurar o senador Afonso Arinos, em busca de um entendimento.

PMDB e PFL negociam para sintetizar texto

Uma Constituição enxuta, que não desça a detalhe de regulamentos, complementada por dispositivos que obriguem o Congresso a discutir as leis complementares e ordinárias referentes aos assuntos que forem excluídos do anteprojeto da Comissão de Sistematização. Esta foi a decisão mais importante tomada na reunião dos constituintes do PMDB e do PFL que pretendem ser o canal para um entendimento amplo em torno do texto constitucional.

O grupo, que se reuniu anteontem na residência do deputado Saulo Queiroz (PFL-MA), decidiu ainda se dividir para elaborar um amplo trabalho de pesquisa que, no prazo de uma semana, deve resultar num levantamento completo dos debates sobre doze dos temas tidos como os mais polêmicos. Este trabalho, segundo o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), deverá levantar não apenas as propostas sobre esses assuntos nas subcomissões e nas comissões temáticas, como o tratamento dado a cada um deles nos programas e documentos de todos os partidos políticos. "Vamos tentar, através deste trabalho, detectar o que poder ser o pensamento médio sobre os temas", explicou Teixeira.

Sem oficialismo — Na quarta-feira próxima, os constituintes se reunirão novamente para discutir o resultado do trabalho de pesquisa e, a partir de então, passarão a consultar os constituintes de vários partidos, num processo de "generalização da consulta". Segundo Teixeira, a intenção do grupo é a de, em nenhum momento, envolver neste trabalho as lideranças partidárias. "Nossa proposta é justamente fugir do oficialismo", garantiu.

De uma lista de quinze temas considerados polêmicos, rascunhada na primeira reunião, semana passada, pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), sobram doze. Foram excluídos os itens aborto, sistema de governo e voto distrital. O mandato do presidente José Sarney sequer chegou a ser cogitado para essa negociação, pelo mesmo motivo.

Daqui até a próxima quarta-feira, o deputado Euclides Scalco ficará responsável pelo levantamento do tema "Reforma agrária"; José Jorge (PFL-PE) pelo "Conceito de empresa nacional e reserva de mercado"; Antônio Brito (PMDB-RS), por "Comunicações e concessão de serviços de telecomunicações"; Miro Teixeira, por "Recursos públicos na Educação"; Alceni Guerra (PFL-PR), "Seguridade Social"; Paulo Macarini (PMDB-SC), "Área trabalhista"; Saulo queiroz (PFL-MS), "Sistema Financeiro"; Jayme Santana (PFL-MA), "Distribuição das rendas nacionais"; Lúcio Alcântara (PFL-CE), "A questão urbana"; José Agripino (PFL-RN), "Anistia"; e Pimenta da Veiga (PMDB-MG), "Moratória e Dívida Externa".

Cabral aproveita 350 das 5.624 emendas

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, concluiu na tarde de ontem, mas entrega hoje seu anteprojeto, com o aproveitamento de apenas cerca de 350 das 5.624 emendas apresentadas. Ainda hoje à noite o projeto começa a ser discutido e votado, e Cabral, em uma reunião com seus auxiliares, resolveu que não paralisaria seu trabalho à espera de novas emendas que o presidente da comissão, senador Afonso Arinos, cogita lhe enviar. O que chegar daqui por diante, ficou decidido, será relatado no plenário da comissão.

Os trabalhos da Comissão de Sistematização prometem ser muito tumultuados, porque os "centristas" continuam inconformados com a rejeição de todas as emendas que visavam modificar o mérito dos artigos do anteprojeto de. A tentativa de mudar este critério regimental através de um projeto de decisão — também ampliaria os prazos da Constituinte — é praticamente inviável, já que ele teria que ser votado pelo plenário da Constituinte e obter maioria de 280 votos, uma hipótese remota.

Crítérios — Para o julgamento das emendas, Bernardo Cabral e seus auxiliares aplicaram os seguintes critérios: foram consideradas emendas "de mérito" e, portanto, inaproveitáveis, as que "propunham modificações do enunciado, sem estarem fundadas em outro enunciado das comissões temáticas", as que "propunham supressão não fundada em incompatibilidade formal com outro enunciado das comissões temáticas" e as que "visassem aditar com a pretensão de acrescentar enunciado que não consta das comissões temáticas".

Por estes critérios, caíram todas as emendas apresentadas pelo Centro Democrático, que visavam principalmente a modificar o sistema de governo de parlamentarista para "presidencialista misto". "Meu relatório está concluído e os prazos não serão alterados", garantiu Bernardo Cabral ontem à tarde, um pouco antes de embarcar para o Rio de Janeiro, onde um filho seu se submeteu a uma cirurgia. O relator disse ainda que "é bom que o Arinos reveja as emendas que achar necessário", mas descartou a hipótese de retomar o trabalho de modificar seu anteprojeto, provocando uma dilatação nos prazos estabelecidos.

O deputado Expedito Machado reuniu-se durante toda a tarde com outros centristas tentando encontrar uma saída para o impasse. Há uma corrente do grupo — e aí se enquadra o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna — que acha mais viável a esta altura tentar mudar todo o projeto quando ele for enviado ao plenário da Constituinte.

Com essa estratégia, se evitaria que a rejeição do projeto levasse a Constituinte à estaca zero, o que fatalmente aconteceria se houvesse a derrubada do projeto de Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização.

Brasília — Luiz Antônio Ribeiro



Cabral rejeitou as emendas que mudavam o conteúdo

Cardoso propõe pausa para negociar

Senador afirma que há muito poucos pontos de conflito

Mauro Malin

O senador Fernando Henrique Cardoso, um dos relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização, acha que o melhor caminho para resolver as dificuldades que surgiram na Constituinte não é a mudança do regimento para que sejam aceitas emendas que mudem o conteúdo do anteprojeto — como propõe o deputado Expedito Machado —, mas usar o período atual para negociar os pontos em torno dos quais há conflito.

O líder do PMDB no Senado diz que o mais crucial dos impasses surgiu nos cinco meses de funcionamento da Constituinte e em torno do regime de governo, mas que isso deve ser objeto de negociação pelos partidos, para que o relator Bernardo Cabral possa mandar ao plenário, na segunda quinzena de agosto, um substitutivo que obtenha "os 80% de consenso necessários".

Fernando Henrique não quer mudança das no meio do jogo:

"Minha proposta de dar maiores poderes à Comissão de Sistematização foi derrotada, durante a votação do regimento, por uma aliança do centro com parlamentares da esquerda e da direita. Agora, não tem jeito".

Pontos polêmicos — O senador acha que a negociação poderá resolver a maior parte dos problemas

com relativa simplicidade. Primeiro, porque 40% dos artigos que estão no anteprojeto deverão ser tratados em leis complementares e ordinárias. "Com isso, os atuais 500 artigos reduzem-se a 300", explica. "E os pontos realmente polêmicos, pelo que pudemos constatar após o exame das quase 6.000 emendas recebidas, não passam de dez ou doze".

A questão do regime de governo é a mais importante. Fernando Henrique é presidencialista e considera cinco anos a duração ideal de um mandato, mas reconhece que as emendas enviadas à comissão refletem clara preferência pelo parlamentarismo. Inclina-se diante da vontade da maioria, mas acha que o novo regime só deve ser implantado após o término do mandato do presidente José Sarney.

Inclina-se diante da maioria também quanto à duração do mandato: apoia a eleição direta em novembro de 1988, porque está convencido de que as tensões atuais da vida brasileira não se resolverão sem esperança, sentimento que, hoje, só a perspectiva da eleição do presidente pode criar.

Além da questão do regime — à qual se articula, circunstancialmente, a duração do mandato —, Fernando Henrique aponta alguns dos dez ou doze pontos de conflito. A estrutura sindical, na sua opinião, dará trabalho, porque o que existe no anteprojeto atual é uma tentativa de compromisso entre a pluralidade e a unicidade sindical: os sindicatos poderiam se formar livremente, mas só um deles teria reconhecimento oficial do Estado.

A redução da jornada de trabalho e a estabilidade no emprego 90 dias após

a admissão viraram nos últimos dias outro ponto quente. O senador está entre os que acham a questão mal colocada. Como Lula, o presidente do PT, que disse anteontem, no gabinete do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto: "O que colocaram no anteprojeto é impraticável".

Anistia — Há conflito com as Forças Armadas em torno da anistia com reintegração: praças e oficiais punidos com base em atos de exceção poderiam voltar à ativa no posto que, presumivelmente teriam se houvessem permanecido na ativa e sido sucessivamente promovidos. O senador não apoia essa disposição: "Seria o mesmo que fazer voltar no cargo de titular um professor da universidade cassado quando era auxiliar de ensino. Não tem cabimento".

A reforma agrária é, evidentemente, outra questão altamente polêmica. Fernando Henrique aponta o compromisso a seu ver ideal: dar garantias à produção agrícola brasileira, que é capitalista e funciona em sistema de grandes propriedades, e criar ao mesmo tempo mecanismos que garantam o acesso à terra aos que dela precisam.

Outras duas questões são a da definição de empresa estatal e da reserva de mercado para a área de informática. Fernando Henrique acha que não haverá grandes problemas, porque a definição que está no texto do anteprojeto é razoável e as emendas recebidas indicam que não há qualquer clima de xenofobia. "Até a expressão reserva de mercado foi evitada, para não criar problemas com os parceiros comerciais do Brasil".

Sarney diz que projeto é só sugestões

BRASÍLIA — Na tradicional audiência das quintas-feiras aos parlamentares, o presidente José Sarney voltou a se queixar do projeto de Constituição elaborado pela Constituinte que, em sua opinião, já deveria ter reduzido o texto nesta primeira fase dos trabalhos.

"Da forma como está trabalhando, a Constituinte não tem um projeto mas um conjunto de sugestões", criticou o presidente, acrescentando que o texto tem deixado muita gente insatisfeita, segundo o deputado José Jorge (PFL-PE), que ouviu do presidente as suas queixas. Ele foi um dos parlamentares que atuou como relator na primeira fase da Constituinte.

Sarney disse também que o projeto de Bernardo Cabral devia ser imediatamente encaminhado a plenário, para sofrer emendas de mérito, uma medida que não está prevista no regimento

Apoio — Ao senador Aluísio Chaves (PFL-PA), o presidente voltou a se queixar da metodologia de trabalho da Constituinte, no que recebeu o pronto apoio do parlamentar. Aluísio Chaves disse-lhe que todas as constituintes do mundo moderno trabalharam com um texto básico e, no caso do Brasil, não se podia fugir à regra.

Só para um parlamentar. Gustavo de Faria (PMDB-RJ), o presidente lastimou a decisão da Executiva Nacional do PMDB, que optou pelo voto secreto na convenção.

"Então agora o voto é secreto, né?", ironizou Sarney, enquanto Gustavo de Faria comentava: "Muitos, que não tinham coragem de falar publicamente, vão votar agora pelo mandato de quatro anos".

Pelo menos um parlamentar, dos 17

que tiveram audiência com o presidente, chegou ao Palácio com elogios ao Plano Bresser: foi o deputado Alexandre Puzyna (PMDB-SC) que, acompanhado do prefeito Eledônio Ligioni, de Chapéu, chegou ao gabinete presidencial dizendo que as novas medidas econômicas estão levantando a agricultura.

Mais verbas — Ambos aconselharam o presidente a injetar mais dinheiro subsidiado na indústria e no comércio: para uma recuperação mais rápida dessas atividades.

Nessa audiência, Sarney admitiu que está preocupado porque até agora 94 bancos não agilizaram a liberação de recursos autorizados pelo Banco Central para as microempresas. Ao deixarem o Palácio do Planalto, o deputado e o prefeito deram pleno apoio a um mandato de cinco anos para o presidente.